



Keuters/Kevin Lamarque

TARIFAS E CÚPULAS

O panorama recente combina o anúncio de uma tarifa de 50% pelo ex-presidente estadunidense Donald Trump sobre produtos brasileiros com o encontro do BRICS no Rio, marcado por ausências importantes de Xi Jinping e Vladimir Putin e compromissos diplomáticos conflitantes. Trump justificou a medida pela suposta “caça às bruxas” contra Bolsonaro e por restrições às redes sociais no Brasil, estabelecendo a cobrança de 50% sobre todas as exportações brasileiras para os EUA a partir de 1º de agosto. Ao mesmo tempo, o encontro do BRICS buscou reforçar o discurso de evitar guerras comerciais, ainda que com uma cúpula desfalcada que expôs as limitações do bloco em um momento crítico para o reposicionamento internacional do Brasil.

A importância desse tema vai muito além dos números frios das tarifas ou dos comunicados oficiais. A reação do mercado foi imediata, com o dólar futuro disparando, o real se desvalorizando quase 3% e contratos futuros de café subindo mais de 3,5%, indicando como as commodities brasileiras sentem o impacto direto da tensão. Para o governo Lula, o movimento de Trump surge como um teste de capacidade diplomática e de gestão econômica, enquanto declarações como as do vice-presidente Geraldo Alckmin, que classificou as tarifas como injustas e prejudiciais também para a economia americana, demonstram a tentativa de transformar o discurso em argumento internacional, apelando para o custo econômico dessa estratégia também para os EUA.

Há quem veja no choque tarifário um empurrão definitivo para o Brasil acelerar a diversificação de parcerias, fortalecer o BRICS e outras plataformas multilaterais, buscando financiamento em moedas locais e reduzindo a dependência do dólar. De outro, surgem alertas sobre o risco real de prejudicar a relação com os EUA, importante comprador de aviões, carne, café e produtos industriais, criando um cenário em que retaliações recíprocas podem travar cadeias produtivas e ampliar incertezas. A cúpula do BRICS, mesmo reforçando o compromisso de evitar guerras comerciais, teve ausências que limitaram sua força diplomática, revelando fragilidades na construção de alternativas coesas.

O tarifaço de 50% e o resultado morno do encontro do BRICS colocam o Brasil diante de escolhas complexas. Adotar uma postura firme de defesa da indústria e soberania pode implicar custos elevados em termos de retaliações e perda de mercados. Buscar soluções diplomáticas pode exigir concessões difíceis e gerar críticas internas.

DESAFIOS DA DEMOCRACIA INTERNA NO PT

A eleição para a presidência nacional do PT se transformou em um microcosmo das tensões e contradições internas do partido, misturando favoritismo claro, disputas regionais e questionamentos sobre o próprio processo eleitoral. Edinho Silva, ex-ministro e aliado histórico de Lula, acabou eleito como novo presidente nacional, consolidando a vitória do candidato preferido pelo Planalto. Mas o caminho até o resultado foi marcado por adiamentos, como a suspensão da votação em Minas Gerais por suspeitas de fraudes e problemas na organização. A votação em cédula de papel e as contestações locais colocaram à prova a capacidade do partido de demonstrar unidade e legitimidade num momento em que busca se fortalecer para os desafios de 2026.

A importância do tema vai além da escolha de um nome para comandar o partido. Trata-se de um teste sobre como o PT lida com sua história e com a necessidade de atualização institucional. A primeira eleição nacional pós-Lava Jato carrega simbolismos fortes: por um lado, busca mostrar maturidade e renovação ao seguir um rito democrático amplo; por outro, revela as feridas abertas por disputas internas, alianças locais complexas e um sistema de correntes que nem sempre se traduz em consenso. A suspensão da votação em Minas, maior colégio eleitoral petista, atrasou o resultado nacional e expôs o desafio de manter a disciplina num momento em que o partido se prepara para enfrentar uma oposição cada vez mais organizada e um eleitorado exigente.

Aliados de Edinho Silva comemoram o resultado como um sinal de força política de Lula, capaz de articular a maioria do partido em torno de um nome de confiança, reforçando a coesão estratégica para o governo federal e para a campanha de 2026. Por outro lado, as divisões de bastidor alimentam o discurso de adversários internos que cobram mais transparência e participação efetiva das bases. As correntes minoritárias veem no processo uma confirmação de práticas antigas de hegemonia interna, enquanto a direção nacional tenta evitar que o episódio fragilize o discurso democrático do partido.

O resultado fortalece a liderança de Lula dentro do partido, mas a forma como conduzido deixa desafios para a imagem de pluralidade e modernização que o PT quer transmitir. Consolidar a unidade sem sufocar as diferenças, garantir participação efetiva das bases sem perder a coesão estratégica e modernizar os mecanismos internos sem romper tradições serão tarefas complexas para a nova direção.



“O maior desafio do PT é a reeleição do presidente Lula e a construção de uma política de alianças que deve ser trabalhada estado por estado, considerando a realidade política de cada território.”

Edinho Silva,
Presidente do PT

SEGURANÇA PÚBLICA EM DISPUTA

A tramitação da PEC 18/2025 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara evidencia o estágio inicial, porém decisivo, do debate sobre o pacto federativo aplicado à segurança pública. O parecer do relator Mendonça Filho recomendou a admissibilidade da proposta com alterações substanciais, suprimindo o artigo que atribuía competência exclusiva à União sobre segurança pública, defesa social e sistema penitenciário. Essa retirada busca evitar a recentralização de atribuições e preservar a autonomia estadual e municipal, mas não encerra o tema: o parecer precisa ainda ser votado na CCJC, onde um pedido de vista coletivo adiou a deliberação e manteve o ambiente de negociação em aberto.

A estratégia do relator foi clara ao diferenciar a admissibilidade da aprovação de mérito. Mendonça Filho argumentou que permitir a tramitação não significa endossar o conteúdo original, considerado tímido e mal calibrado por não integrar o Ministério Público ou propor mecanismos claros de articulação com o sistema de justiça. A decisão de alterar o texto demonstra uma tentativa de alinhar o debate à lógica cooperativa do federalismo, respondendo a pressões de governadores e parlamentares preocupados com perda de competências locais. Com isso, mesmo antes de avançar para uma comissão especial, a PEC já se tornou um espaço de disputa sobre o desenho institucional do sistema de segurança.

O pedido de vista apresentado por partidos como PL e PT, que têm agendas opostas em muitas pautas, evidencia a complexidade política do tema. Essa manobra regimental adia a votação e oferece tempo para articulações internas, refletindo o grau de cautela com que as bancadas tratam uma matéria sensível que afeta diretamente relações federativas e interesses regionais. A dinâmica na CCJC mostra que não há uma base consolidada para a proposta, obrigando governo e relator a buscar convergência em um ambiente fragmentado. Mesmo dentro da comissão, a tramitação já antecipa desafios futuros de negociação, ajustes e formação de maioria para qualquer texto viável.

Nesse contexto, a PEC 18/2025 ilustra a tensão entre necessidade de coordenação nacional no combate ao crime organizado e a defesa da autonomia estadual. O processo legislativo ainda está no início. O desafio técnico e político será encontrar um modelo de governança que assegure articulação federativa eficiente sem concentrar poderes de forma incompatível com o pacto constitucional. A tramitação na CCJC se torna assim um teste de maturidade institucional, exigindo negociação qualificada para equilibrar segurança pública efetiva e respeito às competências locais.